



Desafios na Utilização do Conceito de Acontecimento em Coberturas Jornalísticas sobre Homofobia¹

Carlos Alberto de Carvalho²
Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo

Tema controverso, a homofobia é desafiadora para as coberturas jornalísticas, à medida que suscita tabus e preconceitos. Nesse sentido, sujeitos sociais direta ou indiretamente afetados por ela tendem a criar situações propícias à cobertura noticiosa, de que são exemplos acontecimentos planejados, como as paradas do orgulho LGBTT. Partindo da problematização do conceito de homofobia, este artigo indica, na sequência, alguns dos pressupostos teóricos que buscam esclarecer as noções de acontecimento, especialmente aplicadas à cobertura noticiosa. O percurso tem como objetivo indicar potencialidades do conceito de acontecimento como metodologicamente válido em pesquisas que têm a cobertura jornalística da homofobia como tema, tal como temos desenvolvido no doutorado e em pesquisa realizada a partir de edital do Ministério da Saúde.

Palavras-chave

Homofobia, Acontecimento, Cobertura Jornalística

A Homofobia

Levantamento do Grupo Gay da Bahia indica que entre 1963 e 2005 foram assassinados 2.582 homossexuais no Brasil, entre gays, travestis e lésbicas³. Em 2007, segundo o mesmo Grupo, houve um aumento, comparativamente aos anos anteriores, do total de assassinatos por ódio motivados pela homofobia (122 mortes), colocando o Brasil na condição de campeão mundial nessa modalidade de crime. Alguns detalhes dos levantamentos são importantes para a compreensão da dinâmica de tais assassinatos:

Em janeiro foram 9 assassinatos de gays e travestis, uma média de um homicídio a cada dois dias. Nestes primeiros 10 dias de fevereiro, a mortandade é ainda mais assustadora: 11 assassinatos! 20 homicídios em 40 dias. (...) Este levantamento criminal, realizado todos os anos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga ONG de defesa dos

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutorando pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: caco5@uol.com.br.

³ Dados retirados de <http://www.ggb.org.br/assassinatos2005c.html>, em consulta realizada no dia 16 de março de 2008, às 17 horas e 20 minutos.



direitos humanos dos homossexuais, segundo o Prof. Luiz Mott, “é apenas a ponta de um iceberg de ódio e sangue: os requintes de crueldade como estes gays e travestis foram assassinados comprovam que se tratam mesmo de crimes de ódio, cumprindo o provérbio popular ouvido de norte a sul no país: ‘viado tem mais é que morrer!’”. (...) As *causa mortis* refletem o ódio anti-homossexual, várias vítimas tendo sido torturadas, espancadas, queimadas. Travestis geralmente são mortas a tiros na rua, enquanto os gays são mortos dentro de casa a facadas. (GGB, 2008. In: http://www.ggb.org.br/onda_de_assassinatos_2007.html, consultado no dia 22 de agosto de 2008, às 18 horas e 07 minutos. Com grifos no original.)

Os crimes homofóbicos, indica o levantamento do Grupo Gay da Bahia, realizado principalmente a partir da leitura de jornais e de notícias da internet, atingem indistintamente indivíduos das mais variadas posições sociais. Como os dados não fazem referências aos assassinatos ocorridos em todo o território brasileiro, eles não refletem a totalidade do problema da homofobia no país. Ficam excluídas também outras formas de agressões físicas e psicológicas, violências não menos importantes no rol das práticas homofóbicas e que, muitas vezes, não alcançam a dimensão de visibilidade pública.

Definir a homofobia tem sido uma tarefa complexa, à medida que se trata de realidade que atinge os níveis individuais e sociais. Uma boa maneira, parece-nos, é identificar algumas das raízes históricas que antecedem o fenômeno das práticas e sentimentos homofóbicos, e que são fundamentais para a busca de uma “origem” para a homofobia. Ao proceder assim, evitamos a naturalização da homofobia, ao percebê-la como construção social historicamente localizável em sua constituição, desenvolvimento e consequências.

Tomando como referência os estudos de Foucault (2005; 2006; 2007) sobre a história da sexualidade, muitos autores têm afirmado que não é possível entender as práticas homofóbicas, bem como sua disseminação, sem a perspectiva dos modos como a sexualidade foi construída por uma série de discursos sociais. Nesse sentido, um dos elementos para os quais Foucault chama atenção é o engano segundo o qual a sexualidade teria sido reprimida pelo poder. Pelo contrário, propõe-nos, os diversos discursos que, a partir do século XVII, buscaram entender o sexo, sendo os mais importantes a medicina, a pedagogia, o direito, a psiquiatria, a biologia, a economia (especialmente pela vertente da demografia), a psicanálise, a burguesia e a igreja, colocaram o sexo em um novo patamar. Se até aquele momento ele era visto como degenerescência, a estratégia foi retirá-lo do centro das atenções, que passou a um outro



domínio: o da sexualidade, categoria mais adequada aos “discursos de saber” proferidos pelas entidades anteriormente referidas.

Dimensão mais sutil, a sexualidade não diz respeito apenas ao ato sexual, mas a uma série de práticas e desejos, que não são alvo direto de repressões que a impedisse de se manifestar. Em outros termos, relativamente às manifestações da sexualidade são levadas a cabo análises e controles racionais, a exemplo das prescrições médicas de higienização das e nas práticas sexuais, ou a sexualidade é alvo de discursos morais, proferidos pelas mais variadas religiões. Lembre-se que a medicalização/psiquiatrização da sexualidade teve como uma das suas consequências a inclusão da homossexualidade como uma doença, só recentemente deixada de assim ser considerada (COSTA, 1992). As religiões, em sua maioria, colocam a homossexualidade na categoria do pecado e de prática anti-natureza. Desse modo, sobre a sexualidade, categoria que já nasce para dizer de uma condição humana sujeita a mal entendidos, são produzidos múltiplos discursos, bem como há um incitamento a que todos dela falem, ainda que prevaleçam, em muitos momentos, silêncios e interditos.

Uma síntese dos diversos discursos proferidos sobre a sexualidade, bem como as interpretações e “usos” dela feitos por instâncias também diversificadas, é reveladora da ambiguidade entre escrutiná-la e discuti-la ou admiti-la abertamente, no último caso especialmente quando a referência são as práticas individuais, particularmente aquelas envoltas em preconceitos.

É para a família, destaca Foucault, que os discursos sobre a sexualidade são dirigidos, resultando em ampla difusão de preceitos sobre condutas sexuais e sexualidades “sadias/aceitáveis”. Para que a família funcione como este centro irradiador, seu modelo é também derivado de um discurso bastante específico: ela deve resultar de uma união monogâmica, heterossexual e reprodutivista. Aqui temos a convergência de todos os discursos sobre a sexualidade tão empenhadamente levados a cabo nos últimos três séculos: sua matriz heterossexista e reprodutivista, responsável, em larga medida, pela instauração e disseminação da homofobia.

As diversas ordens discursivas que contribuem para a instauração e reforço da homofobia, como demonstram os assassinatos de pessoas LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), não instauraram apenas um preconceito que se limitasse a sentimentos de repulsa, mas também um desafio para os estudiosos que buscam entender a dimensão de tal prática. Exemplo da complexidade da homofobia é que, da repulsa vieram práticas de violência física e psicológica que resultam, no limite,



em eliminações e mutilações físicas e em traumas individuais e coletivos que podem ser irreversíveis. Embora a homofobia seja ainda um conceito em construção, sujeito a interpretações que podem mesmo conflitar, seus estudos têm revelado a necessidade de pensá-la a partir das problematizações com as relações de gênero, identidades sexuais e sexismo, não a considerando simplesmente como uma mera manifestação de preconceito social. Karin Smigay assim a problematiza:

*Homofobia é um conceito ambíguo, geralmente associado à homossexualidade, uma postura de rejeição, de medo de contato, que teria aparecido inicialmente nos estudos de Weinberg (1972), que o definia como medo da homossexualidade. (...) Na vida cotidiana, o medo ou os medos organizam o ódio. Medo e ódio provocam evitamento, fuga, desejo de se esconder; impedem a confrontação das causas que os provocam (Welzer-Lang 1994). Debater a homofobia nos obriga a ultrapassar a análise semântica do termo. Fobia, em grego antigo, é medo, desgosto, repulsa. Na acepção popular do termo, a homofobia estaria situada entre o *medo do mesmo*, entre os homens, e o *medo dos outros homens*. Isso expande o conceito para incluir a idéia de que, na homofobia, se expressa o receio de uma possível homossexualidade no próprio sujeito homofóbico, como se sua identidade sexual não fosse suficientemente assentada e ele incorresse no risco de ver eclodir, em si, um escuso desejo por outros homens. (SMIGAY, 2002, págs. 34-35, com grifos da autora)*

À visão da homofobia como um sentimento que se limita ao medo de outros homens por um homem escapa que qualquer atitude de rejeição que tenha por base a negação da vivência homoafetiva, de homem com homem, de mulher com mulher, e das suas variâncias de gênero, é também homofóbica. Tal visão não consegue, ainda, perceber os entornos políticos e ideológicos e os jogos de poder que estão implicados nas práticas e sentimentos homofóbicos.

Lembra-nos Daniel Borillo (2001), que ao longo da história os atos homofóbicos não têm se limitado às relações sociais cotidianas. Eles levaram, em diversos momentos e sociedades, a ações de criminalização das práticas homossexuais, ainda reinantes nalguns países, e à inferiorização jurídica de homossexuais, realidade que atinge praticamente todos os países do mundo, e que se manifesta, por exemplo, no não reconhecimento legal das parcerias homoafetivas ou no direito de adoção de crianças por casais formados por pessoas de mesmo sexo, além de várias outras restrições legais, colocando em xeque o princípio da igualdade entre os seres humanos. No plano religioso, a Igreja Católica não somente estimulou, como também adotou a prática da fogueira para as “sexualidades desviantes”. Em tempos não tão distantes, a mais trágica memória dos resultados da homofobia foi o “holocausto” promovido pelo Nazismo,



com o extermínio em massa de homossexuais nos campos de concentração. Assim, para Daniel Borillo,

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social, a respeito daqueles ou daquelas de quem supõe-se que desejam indivíduos de seu próprio sexo ou têm práticas sexuais com eles. Forma específica do sexismo, a homofobia rechaça também a todos os que não se conformam com o papel predeterminado por seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção de uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai dela consequências políticas. (BORILLO, 2001, p.36)

Toma mais corpo, a partir de Borillo, a proposição de que a homofobia deve ser pensada a partir das relações de gênero, do sexismo e das identidades sexuais. Ela alerta para o fato de que, embora à primeira vista pareça natural considerar como homofóbicos exclusivamente os sentimentos de repulsa contra homossexuais, tais sentimentos, como buscamos evidenciar na busca das origens históricas da homofobia, estão assentados em uma matriz heterossexista e reprodutivista. Essa matriz, por sua vez, não surge espontaneamente, mas em função de uma série de discursos que se entrecruzam, auto legitimando-se como racionais-científicos ou dogmáticos, a depender do seu local de produção. O fato é que essa matriz heteronormativa afirma que os “papéis” de homem e de mulher não podem resultar ambíguos. Assim, qualquer performance que se desvincule dos padrões considerados como “masculino” ou “feminino” – restringindo-se tais noções aos determinismos biológicos – é potencialmente geradora de atitudes homofóbicas, a exemplo dos estranhamentos causados, em muitas sociedades, diante de homens que dançam balé ou de mulheres que exercem trabalhos que exigem grande esforço físico.

Realidade complexa, a homofobia nem sempre é visível em todas as suas dimensões, e mesmo costuma ser evitada como tema de conversas, mas não ocultada de vez. Dentre as formas de torná-la pública, inclusive em suas consequências, estão as narrativas jornalísticas, fontes, a propósito, de pesquisa para os dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia, referenciados anteriormente. Nesse sentido, é que acreditamos ser a homofobia um tema que nos permite verificar algumas das questões que informam sobre o jornalismo e suas relações com o conjunto social no qual está inserido. Mais especificamente, aqui nos propomos a verificar em que medida o próprio conceito de acontecimento necessita de algum deslocamento em sua acepção mais comumente



difundida, para abarcar estratégias de grupos organizados que têm como objetivo tornar visível a homofobia e, por extensão, suas consequências e possibilidades de superação.

O Acontecimento Jornalístico

Referenciado, em parte, em proposições de Hannah Arendt e G. H. Mead, Louis Quéré (2005) nos diz que o acontecimento não pode ser compreendido fora da sua configuração sócio-histórica, ou seja, como algo que, independente de suas origens, se naturais ou sociais, dirá respeito, uma vez “eclodido”, aos homens e suas ações no mundo. Impossível de se compreender fora das dimensões de tempo e espaço em que ocorrem, os acontecimentos, nessa perspectiva, são aqueles dos quais se alimenta a cobertura jornalística, a partir, no entanto, de procedimentos que diferem, por exemplo, dos modos como a sociologia ou a história lidam com eles. Para o jornalismo, o acontecimento está inscrito em uma ordem de urgência, de factualidade, ele deve ser comunicado de imediato, enquanto para aquelas disciplinas, ele somente pode ser adequadamente compreendido a partir de uma perspectiva que o situe como objeto de investigação, e não de escrutínio fundado em tentativas de interpretá-lo no calor mesmo da sua ocorrência.

Para Quéré,

Quando um acontecimento se produz, tratamo-lo como um facto no mundo, situável no tempo e no espaço. Identificamo-lo através de uma descrição. Descrevemo-lo especificando as suas circunstâncias (especificação que pode ser resumida ou alargada). Tentamos explicá-lo pela trama causal que o provocou, dar-lhe um sentido em função de um contexto prévio que o torne compreensível, socializar a surpresa que ele constitui atribuindo-lhe “valores de normalidade” (tipicidade, comparabilidade com acontecimentos passados similares, previsibilidade à luz das possibilidades do contexto, necessidade de ocorrência, etc.). Desse ponto de vista, o acontecimento é apreendido como um fim, como o ponto de chegada de um encadeamento serial. É relativamente transparente à luz das possibilidades de explicação e de interpretação oferecidos pelo contexto. Além disso, uma vez realizado, parece encerrado. Está inteiramente contido no presente da sua ocorrência. Inscreve-se bem no tempo: tem um início, um fim e uma certa duração. Pode ser situado e datado com precisão, através de utensílios convencionais de medida do tempo e de localização no espaço. Podem medir-se, também, as distâncias entre os acontecimentos; verificar se são contemporâneos ou não; construir séries ordenadas em função do antes e do depois. (QUÉRÉ, 2005, págs. 66-67)



Mesmo situado em tempos e espaços precisos, no entanto, o acontecimento é marcado por aparentes contradições. Por exemplo, ele pode ser entendido como começo, deixando de ser apreendido “na sua origem, com um passado ou uma trama causal” (QUÉRÉ, 2005, p. 67). Ele é também, simultaneamente, o que apresenta “um carácter inaugural, de tal forma que, ao produzir-se, ele não é, apenas, o início de um processo, mas marca também o fim de uma época e o começo de outra” (QUÉRÉ, 2005, p. 60). O acontecimento, além disso, “introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade” (QUÉRÉ, 2005, p. 61). Por sempre afetar alguém, um grupo de indivíduos ou uma sociedade, o acontecimento constitui-se em experiência para aqueles que o vivenciam, marcando sempre horizontes de possíveis, mas, especialmente, inscrevendo-se como parte da vida coletiva, naturalmente, com a ressalva de que nem todos terão uma mesma modalidade de experiência diante de um mesmo acontecimento, bem como é possível que um determinado acontecimento seja simplesmente negligenciado, não incorporando-se, portanto, a vivências particulares de indivíduos ou sociedades. Mas, ressalta Quéré, por estar ligado à ordem da experiência, o acontecimento se inscreve em uma lógica hermenêutica:

“Só há experiência quando há transacção entre duas coisas que são exteriores uma à outra, por exemplo, entre um organismo e o meio ambiente que o rodeia, em que cada um é afectado pelo outro e reage segundo a sua constituição. É, precisamente, graças a essa transacção possível que o acontecimento é um fenómeno de ordem hermenêutica: pode ser palco de encontro, interacção, determinação recíproca. (QUÉRÉ, 2005, p. 68)

Dos muitos acontecimentos que passaram à história, o Caso Dreyfus, ocorrido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, na França, é paradigmático para a compreensão das características acima apontadas relativas ao acontecimento, incluindo o seu carácter hermenêutico, que acreditamos, é duplo: em sua evolução indica as pistas para a sua interpretação, ao passo que possibilita, no percurso mesmo da sua análise, interpretações sobre realidades a ele ligadas, por ele “inauguradas” ou modificadas. O Caso, em síntese, refere-se a um erro de julgamento contra Alfred Dreyfus, judeu, oficial do exército francês, acusado de espionagem, cujo processo fundamentou-se em documentos falsificados, provas inconsistentes e/ou forjadas e armações de toda ordem (Arendt, 1989; Bredin, 1995, autores de base para as referências ao Caso). Nessa perspectiva, ele não representou apenas um acontecimento de grandes proporções para a França, com repercussões em outros países, mas é



interpretado como um indício do antissemitismo que, a partir das últimas décadas do século XIX, toma forma na Europa, com os desdobramentos do holocausto promovido pela Alemanha Nazista algumas décadas mais tarde. O Caso é um acontecimento que deixa marcas políticas na França, “inaugurando” uma nova fase de discussões sobre os rumos da República, em contraposição à ordem até então reinante, incluindo modificações quanto ao papel do Exército. O Caso revela, ainda, lutas históricas entre a França e a Alemanha, exatamente o país para o qual supostamente Dreyfus havia passado informações sigilosas, marcando, portanto, aquilo que Quéré está chamando de ruptura (descontinuidade) em referência a uma continuidade que permanece como pano de fundo, ou seja, trata-se de evento histórico ligado a novas estratégias que marcam as tensões de longa data entre os dois países.

Para uma nova modalidade de relacionamento do jornalismo com os acontecimentos, o Caso Dreyfus apresentou outra das suas muitas dimensões de importância (estando aqui uma das suas potencialidades hermenêuticas anteriormente aludidas), ao lado das marcas deixadas para as noções contemporâneas de opinião pública. Como parte das estratégias de mobilização de parentes e partidários de Alfred Dreyfus, bem como de seus oponentes, esteve a busca de espaços nos jornais da época, alguns hesitantes diante das controvérsias suscitadas, outros tomando partido contra ou a favor, e todos alvo de vigilância e/ou censura oficial. Não há dúvidas, no entanto, de que as reviravoltas no Caso, com revisões judiciais, discussões parlamentares e governamentais foram fomentadas por debates promovidos pelo jornalismo, com destaque para o papel do escritor Émile Zola, inclusive condenado por seus escritos a favor da revisão do julgamento de Alfred Dreyfus. Cristina Ponte chega mesmo a associar o Caso Dreyfus a um dos marcos presentes no surgimento do jornalismo investigativo em finais do século XIX, fruto de compromissos sociais assumidos por intelectuais na esteira da Revolução Francesa. Em sua avaliação,

Será paradigma a denúncia da justiça francesa no processo Dreyfus por Émile Zola, primeiro em artigos publicados em *Le Figaro*, que seriam suspensos pelo jornal, depois sob a forma de panfletos fora do circuito da imprensa, culminando com *J'Accuse, Lettre a M. Félix Faure, President de la République*, que levaria à revisão do processo judicial. (PONTE, 2005a, p. 56.)

Das análises de Arendt, de Bredin e de Ponte sobre as repercussões do Caso Dreyfus pela imprensa, ou sobre a importância dele para novas modalidades do fazer jornalístico e de mobilização da opinião pública, emerge a constatação de que os



acontecimentos não são apenas a matéria-prima do jornalismo. Quéré, na sequência da lembrança de que a maior parte dos acontecimentos se inscreve em campos problemáticos já constituídos, mas que eles também são constituidores de novos campos problemáticos, ressalta:

A constituição e a evolução de um campo problemático público são processos complexos, em grande parte entregues à contingência, juntamente com as pesquisas que exploram o potencial de inteligibilidade e de discriminação dos acontecimentos. Somos, por vezes, levados a considerá-los como produtos mediáticos. O papel dos media é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, de debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas. Mas importa sublinhar o carácter distribuído da pesquisa que está na base de toda a problematização. Todos os atores sociais, desde os cidadãos militantes aos peritos e investigadores em ciências sociais, passando por sindicalistas, homens políticos e funcionários, eventualmente polícias e magistrados, e todo tipo de agências, instituições e organizações contribuem para ele. Não há coordenação organizada dessas participações. A coordenação faz-se através do debate público cujos suportes e arenas são múltiplos, ou através de concertações que concretizam as decisões tomadas nos mais diversos níveis e destinadas a dar solução aos problemas. (QUÉRÉ, 2005, págs. 72-73)

Essas considerações de Quéré, embora situadas em um âmbito distinto de preocupações teóricas, nos ajudam a compreender as concepções segundo as quais, e dependendo de graus variados de importância atribuídos pelos operadores jornalísticos a cada um em particular, os acontecimentos são também construídos (Alsina, 1989; Charaudeau, 2006) pela cobertura noticiosa, processo do qual resultam pelo menos duas consequências potenciais: os acontecimentos se modificam à medida que são alvo da cobertura noticiosa, dado que suas repercussões podem levar a mobilizações que conduzem a mudanças de rumo; e eles têm ampliados seu tempo e espaço, uma vez que são difundidos para além das suas fronteiras originais e não se “encerram” no momento de sua eclosão. Em outros termos, como afirma Charaudeau, os acontecimentos são construídos pelo jornalismo como “visões sociais de mundo”.

Não por acaso, assim sendo, o acontecimento tem sido objeto de preocupação de vários estudiosos do jornalismo, situados em correntes teórico-analíticas as mais diversas (Rodrigues, 1993; Katz, 1993; Mouillaud, 1987; Ponte, 2005b; Traquina, 2005; Arquembourg; 2005; Lança, 2005; Rebelo, 2005; dentre outros). Entender o acontecimento e suas formas de apreensão pelo jornalismo tem implicado em verificar, por exemplo, como são realizadas as operações de escolha do que será transformado em



notícia, a partir de uma série de eventos sociais e naturais ocorridos cotidianamente. São também objeto de investigação as relações entre os modos como o acontecimento aparece em uma determinada notícia e as fontes ouvidas relativamente a ele, preocupação que tem como objetivo o esclarecimento sobre as complexas operações de matização envolvidas nas dinâmicas jornalísticas em suas interfaces com o conjunto social, além de uma série de outras questões.

Aquilo que tem sido classificado como acontecimento mediático (ou produtos mediáticos, na sugestão de Quéré), parece-nos necessário identificar em alguns de seus contornos, dado que é indicador de possíveis caminhos analíticos na compreensão da lógica da cobertura de temas relativos à homofobia. O conceito de acontecimento mediático, tal como foi desenvolvido por Daniel Dayan e Elihu Katz (1999), está inserido em um estudo sobre a produção noticiosa em televisão, especialmente relativa aos eventos de grandes proporções transmitidos ao vivo, como a chegada do homem à lua, os funerais do presidente John Kennedy, nos Estados Unidos, ou os Jogos Olímpicos. Das muitas características destes acontecimentos, a que mais nos interessa é o fato de eles serem planejados fora das estruturas produtivas das emissoras de televisão, levando em consideração, apesar disso, exatamente as características técnicas e temáticas que podem promover adesão das emissoras, que terão somente o trabalho de posicionamento de câmeras e deslocamento de profissionais para a viabilização das entradas ao vivo. Segundo os autores,

A estes acontecimentos, colectivamente, chamamos “acontecimentos mediáticos”, uma denominação à qual queremos retirar qualquer conotação pejorativa. Em alternativa, podemos ter “cerimónias televisivas”, ou “televisão festiva”, ou até “espetáculos culturais” (Singer, 1984). Estas emissões televisivas partilham um grande número de atributos que tentaremos identificar. As audiências recebem-nas como um convite – ou mesmo uma ordem – para pararem a rotina diária e partilharem uma experiência festiva, e se esta festividade está para a normalidade como um feriado está para o comum dos dias, estes acontecimentos são os dias de férias da comunicação social. (DAYAN & KATZ, 1999, p. 17)

Entendemos que os acontecimentos mediáticos não se circunscrevem, em suas possibilidades de cobertura e repercussão, à televisão, como demonstra o fato de todos os acontecimentos aos quais se referem Dayan e Katz terem sido objeto de ampla cobertura por parte de todas as mídias noticiosas, ainda que o termo esteja circunscrito, na proposição dos autores, ao objetivo de compreensão dos processos produtivos e de difusão televisivos. Desse modo, não nos parece forçoso estender a noção dos



acontecimentos mediáticos para os eventos planejados com vistas a atrair atenção dos veículos noticiosos. Esforço que está integrado, a propósito, nas estratégias dos planejadores de tais eventos quando de sua “oferta” às mídias, por meio de sofisticados mecanismos de assessorias de comunicação e de imprensa e de ações de relações públicas.

Se inicialmente a tendência é de identificar especialmente os agentes governamentais como os promotores dos acontecimentos mediáticos, na atualidade muitos são os atores sociais que têm consciência da necessidade deles como forma de promoção de visibilidades das temáticas que lhes são afeitas. Nesse sentido, como uma das formas de vencer resistências – por parte dos veículos noticiosos, bem como da opinião pública – frente a questões controversas, tornou-se comum a promoção de eventos que, pensamos, podem ser incluídos no rol dos acontecimentos mediáticos, ou talvez mais apropriadamente, pensados como eventos promovidos com a intenção de buscar a visibilidade propiciada pelas mídias, especialmente as noticiosas. A ressalva é necessária para marcar a diferença entre eventos como jogos olímpicos – pelos quais as emissoras pagam para a transmissão – ou grandes funerais de figuras públicas de alta popularidade, cujas características e apelos estão inscritos em ordens de interesse das mídias noticiosas muito distintos, por exemplo, de uma passeata em prol de temática pouco convidativa em face dos interesses jornalísticos. No que diz respeito à homofobia, destacaríamos pelo menos dois eventos que estão na ordem de promoção de visibilidade: o Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia (17 de maio) e a Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo (com similares, hoje, em diversas capitais e cidades do interior em todo o Brasil). Tais acontecimentos são ofertados à visibilidade pública com claras preocupações de tornarem-se atrativos para as coberturas noticiosas, incluindo o cuidado com a produção de imagens facilmente digeríveis por emissoras de televisão.

Uma vez ofertados aos veículos noticiosos, os acontecimentos promovidos com vistas à visibilidade mediática serão objeto dos procedimentos tradicionais de produção das notícias, não restando possível aos seus promotores, por exemplo, controle sobre as formas como eles serão matizados por cada cobertura em particular. A matização é resultado, especialmente, dos procedimentos de enquadramento dos acontecimentos, não somente aqueles ofertados às mídias por promotores interessados em discussões que lhe são particularmente relevantes, mas também todos aqueles que se inscrevem numa ordem de ocorrência contingencial e aleatória, em suma, não planejados, ainda que potencialmente passíveis de ocorrência. Os enquadramentos constituem exatamente a



estratégia de tentar tornar compreensível, ou plausível, aquilo que no acontecimento é desafiador à lógica do mundo natural ou do mundo social. São, por essa razão, parte do esforço hermenêutico de compreensão dos acontecimentos e, em certa medida, constitutivos mesmo da natureza hermenêutica destes.

Do que expomos, é possível indicar, como pano de fundo metodológico, que a apreensão do acontecimento pelas mídias noticiosas, se é complexa naquelas situações em que os acontecimentos estão na ordem aleatória das eclosões cotidianas (as movimentações do mundo político, as oscilações econômicas, os eventos esportivos, os eventos naturais como enchentes, cataclismas, dentre outros), mais complexa ainda são as coberturas de acontecimentos cercados por tabus e/ou preconceitos. A homofobia, como realidade social inscrita na ordem das mais desafiadoras da atualidade para as coberturas noticiosas, tem apresentado, além de suas indagações naturais, um elemento a mais no que diz respeito à compreensão da dinâmica das notícias que são apresentadas sobre o tema. Este elemento complexificador é a promoção de acontecimentos especialmente planejados com o objetivo de tornar visível ao conjunto social, e às mídias em particular, reivindicações que estão inscritas no rol de estratégias de politização do tema, a partir da reivindicação de direitos iguais para as populações LGBTQI+.

Trata-se, assim, de análises da cobertura noticiosa de acontecimentos relativos à homofobia e aos sujeitos nela implicados levando em consideração que potencialmente alguns dos acontecimentos identificados em *corpus* de pesquisa específicos terão sido o resultado de promoções de grupos organizados. Ao menos duas potencialidades analíticas são imediatamente verificáveis a partir de tal realidade. Uma primeira diz respeito ao próprio estatuto conceitual do acontecimento, que não pode mais ser visto apenas como aquilo que, no dizer de Adriano Duarte Rodrigues, “irrompe da superfície lisa da história” (RODRIGUES, 1993). Outra nos indica que o acontecimento não existe “em estado puro”, mas depende dos modos como atores sociais por ele se interessam. Nesse sentido, o próprio acontecimento é modificado ao longo das coberturas noticiosas, podendo resultar, ao final, em algo distinto daquilo que era no início, seja pela descoberta de novas nuances, seja pela intervenção de atores sociais interessados em fazer dele usos em função de interesses de politização, além de outros.



Referências bibliográficas

ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós Comunicación, 1989.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARQUEMBOURG, Jocelyne. **Entre facto e sentido: contar o acontecimento**. In: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.

ARRUDA, Roldão. **Dias de ira: uma história verídica de assassinatos autorizados**. São Paulo: Editora Globo, 2001.

BORILLO, D. **Homofobia**. Barcelona: Belaterra, 2001.

BREDIN, Jean-Dennis. **O caso Dreyfus**. São Paulo: Scritta, 1995.

CARRARA, Sérgio e VIANNA, Adriana R. B. “As vítimas do desejo”: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: CARRARA, Sérgio, GREGORI, Maria Filomena e PISCITELLI, Adriana. **Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: a cobertura da Aids pela Folha de S. Paulo de 1983 a 1987**. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade – para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício – estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1 – a vontade de saber**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2 – o uso dos prazeres**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 3 – o cuidado de si**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo – cómo se forma el presente**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par – gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

KATZ, Elihu. O acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.



- KATZ, Elihu & DAYAN, Daniel. **A história em directo**: os acontecimentos mediáticos na televisão. Coimbra: Minerva, 1999.
- LANÇA, Isabel Babo. **A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública**. *In*: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.
- MATOS, Marlise. **Reinvenções do vínculo amoroso** – cultura e identidade de gênero na modernidade tardia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- MÍDIA E HOMOFOBIA. Projeto de pesquisa. Universidade Federal de Minas Gerais/Ministério da Saúde/Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime: Belo Horizonte/Brasília, 2007.
- MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. *In*: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- PAIVA, Raquel & SODRÉ, Muniz. **Sobre o facto e o acontecimento**. *In*: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.
- PONTE, Cristina. **Para entender as notícias** – linhas de análise do discurso. Florianópolis: Insular, 2005a.
- PONTE, Cristina. **Media e acontecimentos (com)sentidos**. *In*: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005b.
- QUÉRÉ, Louis. **Entre o facto e sentido**: a dualidade do acontecimento. *In*: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.
- REBELO, José. **Apresentação**. *In*: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.
- REBELO, José. **Prolegómenos à narrativa mediática do acontecimento**. *In*: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nºs 8-9, Primavera-Outono de 2006.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. *In*: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.
- SANTOS, José Manuel. **Da perca do mundo à sociedade dos (mega)acontecimentos**. *In*: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.
- SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.
- SMIGAY, Karin Ellen von. **Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência**: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, V. 8. N. 11, p. 32-46, jun 2002.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.



TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo** – volume I – por que as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: a Study in the Construction of Reality**, Nova Iorque: Free Press, 1978.

TUCHMAN, Gaye. Contando ‘estórias’. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

ZELIZER, Barbie. **Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa**. Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D’ Água Editores, 2000. Organização de Nelson Traquina.